

O CORPO EMPODERADO: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MULHER TRANSEXUAL

Taline Ferreira Pacheco Sales*

Bárbara Gonçalves Mendes**

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo descrever e analisar a história de vida de uma mulher transexual, contemplando a singularidade das suas vivências, as significações que ela atribuiu e atribuiu ao, seu processo de transição e, compreendendo o modo como ela se relaciona com o outro e com a sociedade. Procurou-se, também, nesse estudo, apreender como essas experiências se ligam às normas de gênero vigentes na sociedade. A coleta de dados se deu por meio do método de história de vida, que pretende perceber, a partir do discurso dos colaboradores, suas aspirações e padrões construídos ao longo da vida. A natureza do estudo foi, portanto, descritiva e fora utilizado o método qualitativo. Como resultado do trabalho tem-se a percepção da influência da sociedade e do sistema do biopoder na criação de padrões estereotipados impostos aos sujeitos, que são compartilhados no cotidiano, favorecendo a construção de representações, também estereotipadas. Foi, além disso, percebido como as relações humanas são mediadas pela relação, genitália-gênero- orientação sexual. Essa dinâmica segue um padrão normativo, ainda que na realidade concreta fique claro que não há nada pronto e definido. No que diz dessas instâncias da vida dos sujeitos mencionadas acima, existe uma gama multifacetada de se relacionar.

Palavras chaves: transexualidade, normas de gênero, sexualidade.

ABSTRACT

The present article had as an objective to describe and analyze the life history of a transsexual woman, contemplating the singularity of her experiences, the meanings she attributed and attributes to her transition process, comprehending the manner on how she relates with others and the society. It has also been searched in this study to learn how these experiences connect themselves to the current rules of gender in the society. The data collect was done through the method of life history that intends to perceive, starting from the discourse of the collaborators, their aspirations and patterns constructed during a lifetime. The nature of the study was therefore, descriptive and the qualitative method was utilized. As result of the work, there is the perception of influence from society and the system of biopower on the creation of stereotyped patterns imposed to subjects, that are shared daily favoring the construction of representations, also stereotyped. It has been perceived, beyond this, how human relations are mediated by the relation genital-gender-sexual orientation. This dynamic follows a normative pattern; even that in the concrete realty it stays clear that there is nothing ready and defined. On what these instances say of the lives of these subjects mentioned above, there is still a multifaceted spectrum to relate.

Key words: Transsexuality. Rules of Gender. Sexuality.

*Graduanda em Psicologia, Faculdade Ciências da Vida (FCV). *E-mail:* talinep58@hotmail.com

** Mestre em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *E-mail:* baarbaragm@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como propósito compreender as vivências de uma mulher transexual, com intuito de desmitificar os paradigmas socialmente construídos a respeito de sua identidade e problematizar os preconceitos existentes no contexto brasileiro em relação às pessoas trans. Para tanto, a questão norteadora desta pesquisa foi: “Quais as vivências cotidianas de uma mulher transexual e como estas vivências se relacionam às normas de gênero vigentes?”.

Segundo Cazarré (2015), o Brasil é o país com o maior número de assassinatos de transexuais e travestis no mundo. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram apontados 604 mortes no país. Este número pode explicitar o preconceito existente neste contexto, que é direcionado aqueles indivíduos que não correspondem às normas de gênero e sexualidade estabelecidas socialmente. Juntamente a isso, apesar de ser considerado um país laico, ainda se vê no Brasil, grande intervenção religiosa no Estado, o que dificulta a criminalização deste tipo e das demais violências sofridas pelas pessoas transgêneras.

As pessoas transexuais não se identificam com gênero que lhes fora imposto ao nascimento, e cujo estabelecimento se dá em função da genitália. Sendo assim, o sujeito pode nascer com uma vagina ou com o pênis e não se identificar com esses órgãos e nem com o gênero feminino ou masculino intitulado ao nascimento (BENTO, 2006). Porém, a sociedade exige que haja uma concordância entre genitália, gênero e orientação sexual. Para a regulação desse processo existem as instituições normativas, que vigiam, policiam e punem os possíveis deslocamentos e deslizes.

Transexuais, travestis, lésbicas, gays e bissexuais, sofrem cotidianamente exclusões, agressões e são oprimidos por não se adequarem aos padrões heteronormativos. Esses sujeitos são vistos como seres abjetos, cujos corpos e forma física são considerados como não importantes e ou inexistentes. Dito de outra maneira, são considerados como menos-humanos (BUTLER, 2002).

O binarismo social impõe que homens e mulheres devem corresponder à denominada lógica sexo (genitália)-gênero desde a infância. Deste modo, estes terão que se adequar as características relacionadas ao ser homem (masculinidades) e ao ser mulher (feminilidades). Além disso, como pré-requisito para essa humanidade generificada, há a necessidade de seguir o padrão da heterossexualidade compulsória. Essa ordem social regula

comportamentos, ações e formas de pensar, enfatizando que esta é a única possibilidade de se colocar no mundo. Esse padrão, construído nos meios e relações sociais, é uma das expressões das relações de poder vigentes na sociedade (SCOTT, 1995).

Parte-se, neste trabalho do pressuposto de que sexo e gênero são discursos construídos culturalmente, com a função de determinar comportamentos e controlar atos e corpos. Os físicos destinados a homens e mulheres, as vestimentas, suas práticas, os espaços que ocupam na sociedade, entre outros aspectos são determinados discursivamente, têm como propósito a regulação e adequação dos sujeitos, sendo constantemente tratados como elementos naturais e imutáveis. Dito de outra maneira, sexo e gênero são dispositivos de poder (BUTLER, 2003).

Para entender como estas normas não ontológicas supracitadas, interferem na vida das mulheres transexuais, foram criados três objetivos: (1) descrever o processo de transição da mulher transexual, desde o momento da sua identificação de gênero, durante e até a finalização do processo de transição; (2) descrever as vivências cotidianas de uma mulher transexual, como por exemplo, conseguir um emprego, sair de casa para realizar atividades no âmbito público e lidar com os rótulos impostos socialmente; (3) compreender se estas vivências estão relacionadas às normas de gênero vigentes na sociedade e de que forma.

Para atingir tais objetivos, foi realizado, em primeiro momento, um levantamento de dados em livros teóricos, dissertações, teses e artigos científicos, a fim de permitir à pesquisadora um maior entendimento do assunto em questão. A coleta de dados se deu por meio do método de coleta de história de vida e a análise de dados a partir da análise de discurso. Além de uma consonância com o referencial teórico utilizado, esta forma de tratar os dados leva em consideração que a linguagem está para além do que é verbalizado, atribuindo sentido à realidade. Ela é transmitida também pelos gestos e expressões, o que pode auxiliar bastante no entendimento e apreensão das vivências da entrevistada (ORLANDI, 2007).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IDENTIDADE DE GÊNERO

Gênero é um conceito utilizado para designar as construções sociais que determinam o que é esperado socialmente de homens (masculinidades) e mulheres (feminilidades). Estas normas de gênero que determinam os comportamentos e os espaços que sujeitos ocupam na sociedade, também influenciam as relações sociais, se constituindo como relações de poder (SCOTT, 1995).

O poder tem como finalidade na nossa sociedade reprimir e banir condutas e prazeres que não estejam de acordo com os padrões aceitáveis, ou seja, as vivências dissidentes. Sendo assim, para que os sujeitos correspondam aos padrões heteronormativos e a lógica sexo-gênero existe o biopoder, que, segundo Foucault (1998), são dispositivos que têm como intuito disciplinar corpos, controlar, segregar e excluir aqueles que não se enquadram as normas binárias. Diante disso, para seguir a heteronormatividade existem as instituições como as igrejas, escolas, famílias, mídia, discursos cotidianos e normas sociais que naturalizam e santificam essa única forma de sexualidade e de representatividade.

Toma-se como base a ideia que os sujeitos, no nascimento, são designados como homens ou mulheres com base em sua genitália, ou seja, homem corresponde ao pênis e mulher à vagina. Desta forma, o binarismo previsto pelas normas de gênero, que dizem exatamente desta correspondência sexo (genitália)-gênero, impõe que estas pessoas terão, desde a mais tenra infância, que se adequar às características relacionadas ou associadas ao gênero no qual foram encaixadas. Vale ressaltar que, nesta lógica, a orientação sexual também parece correlacionada. Assim, tanto o homem, tido como provedor, quanto a mulher colocada como submissa são heterossexuais.

A heterossexualidade compulsória é uma das “verdades” impostas socialmente como inatas e tratadas como naturais, constituindo o padrão normativo a ser seguido (BUTLER, 2003). Essas características, são tratadas como critério do normal e, constituem hierarquias sociais excludentes e opressivas. Isto pode ocorrer, principalmente, quando são tomadas como referência de análise aquelas pessoas que não se enquadram nesse padrão normativo, entre elas: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Tais sujeitos podem ser vistos como abjetos, no qual a corpulência e formas físicas não atribuem significação (BUTLER, 2002). Pressupõe-se tomando como referência a ininteligibilidade de tais corpos, quem é de fato humano e qual vida merece ser vivida. Esse tratamento pode representar a indiferença com que estas vidas e esses corpos são tratados pela sociedade, de uma forma geral, o que é expresso por meio, de formas diversas de preconceito, como por exemplo, misoginia e homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobias.

2.2 VIVÊNCIAS TRANSEXUAIS

Partindo dos paradigmas criados socialmente que identidade de gênero e orientação sexual são correlatas e que um justifica o outro, para Butler (2003), gênero e sexo partem do discurso e são construídos culturalmente. Ambos criados para naturalizar e determinar comportamentos e atos reiterados padronizados e cristalizados em nossa sociedade. A questão é que, tanto a sexualidade, quanto a identidade de gênero não são dadas ou acabadas num determinado momento da vida, mas construídas e desconstruídas durante toda a existência (LOURO, 1997).

Os estereótipos sociais, sobre a família, trazem este grupo composto representado como pessoas, brancas, dentre as quais há uma mãe submissa, recatada e voltada para o cuidado do outro, um pai viril e provedor e, filhos amáveis, sendo todos heterossexuais. Este padrão desconsidera as pessoas transexuais, que são vistas como solitárias e sem família. Como na vivência destas pessoas não há a correspondência genitália-gênero, elas sofrem discriminação e preconceito, sendo também patologizadas. O não seguimento da norma binária, é comumente identificado como conflito entre corpo e mente instaurado na infância (SOARES; FEIJÓ, 2011). Vale ressaltar que esta ideia de conflito é controversa. Afinal, se houvesse fluidez performática, estaria inserido, nesta vivência, um conflito, com sentimentos de baixa autoestima, ansiedade, levando em casos graves à tentativa de autoextermínio e autocastração?

Devido à falta de informação e à transfobia institucionalizada, muitos sujeitos sofrem o desprezo e a incompreensão da própria família. Muitos deles são acometidos pelos sentimentos mencionados acima, e pela dificuldade da auto aceitação. Louro (2004) indaga que indivíduos que fogem da heteronormalidade e do binarismo social genitália-gênero, não desejam tolerância ou ajustamento, mas possuem desejo de desafiar normas que regulam a sociedade e que anseiam conquistar seus direitos e o seu reconhecimento. Dito de outra forma, buscam quebrar paradigmas, bem como objetivam respeito pela forma como desejam se colocar no mundo.

2.3 PROCESSO DE TRANSIÇÃO

De acordo com o discurso social, a pessoa transexual, viveria em contradição entre o corpo físico e sua subjetividade. Como dito anteriormente, o que ocorre é uma não correspondência ao ideal normativo que prevê o binarismo de gênero. E é com base nesta outra possibilidade performática que estas pessoas constroem suas identidades e subjetividades. Tendo ciência da possibilidade de transgressão desta norma, que não é ontológica, as pessoas transexuais podem recorrer a tratamentos hormonais, bloqueadores e até mesmo à cirurgia de redesignação e mudança jurídica de sua documentação. Entretanto, a existência de preconceitos diversos contra as transexualidades gera a inviabilização e dificuldade para a realização desses processos (BENTO, 2012).

O sujeito que passa pelo processo de redesignação busca, de alguma forma, se enquadrar na norma adequando o corpo que é estabelecido pelo gênero com o qual se identifica. Desta forma, o destino traçado pela designação de gênero, pautada em seu órgão genital, é em muitos casos a maior superação que se pode enfrentar, afinal o dialeto cientificista persiste na naturalização da identidade (BENTO, 2006).

Convém ressaltar, que a cirurgia de redesignação muitas vezes idealizada pela pessoa transexual, como forma máxima de obter a auto e hetero aceitação, parte de uma grande utopia. Isto, porque a transfobia é institucionalizada e através da mudança corporal, muitas destas pessoas, continuarão sendo tratadas de forma diferente e colocadas em um sub-lugar ou um não lugar na sociedade, que parte do julgamento a partir das normas de gênero. Mesmo com a redesignação, continuam na categoria dos menos humanos. O conflito, no fim, é muito mais por conta da inadequação que apontada a todo tempo, do que algo interno e naturalizado (SOARES, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Gil (2002), a pesquisa científica constitui-se em um método organizado, que tem como característica investigar e buscar repostas às interrogações voltadas para uma problemática em destaque. A pesquisa deve ser embasada cientificamente e produzir novos questionamentos que possam agregar e beneficiar o interesse social. Desta forma, este trabalho teve como objetivo compreender, a partir de uma perspectiva psicossocial, as vivências de uma mulher transexual, a fim de problematizar a partir da história de vida da

mesma os preconceitos e paradigmas construídos culturalmente. Sua natureza, portanto, foi descritiva, já que possui como foco descrever os aspectos do tema em questão (GIL, 2002). Tratou-se, também, de uma pesquisa qualitativa, mais especificamente, de um estudo de caso. O intuito, portanto, foi aprofundar na narrativa da pessoa entrevistada, não se atendo a dados numéricos.

O procedimento de coleta de dados se deu através do método de história de vida, o qual teve como finalidade uma escuta participativa, comprometida e engajada, além de poder possibilitar ao sujeito que narra sua história, uma ressignificação de suas vivências (NOGUEIRA, 2004). Desta forma, houve uma pergunta indutora para iniciar o processo de apreensão das vivências da colaboradora em questão. Para tanto foi necessário fazer um levantamento de dados em plataformas Scielo – *Scientific Electronic Library Online-e*, Lilacs, em livros teóricos, dentre outros, a fim de permitir a pesquisadora um maior conhecimento sobre o assunto que embasassem a elaboração da pergunta norteadora.

Análise de dados foi realizada a partir da análise do discurso, tendo em vista o referencial teórico do trabalho em questão. Esse procedimento de análise compreende que a linguagem tem função de comunicar e de não comunicar, seja através de gestos ou palavras, do dito pelo não dito. O que deve ser levado em conta é o funcionamento do discurso, é este que deve ser descrito e compreendido (ORLANDI, 2007).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já apresentado nesse estudo, a transexualidade diz da não correspondência ao ideal normativo genitália-gênero. Vale ressaltar que tanto o gênero quanto o sexo são discursos, dito de outra forma são plenos de sentidos que se construíram socialmente, com a finalidade de regular comportamentos, atos e corpos de sujeitos em uma determinada cultura. Tendo ciência de que essas normas são institucionalizadas, muitas transexuais recorrem a tratamentos hormonais, cirurgias de redesignação e bloqueadores para passarem despercebidas e, deste modo, serem mais facilmente aceitas na sociedade (BENTO, 2012).

A transexualidade vai de sentido contrário ao que é esperado socialmente, pois a pessoa transexual não se identifica com o gênero que lhe fora imposto no nascimento. A partir dessa inconformidade, em alguns casos, o sujeito começa o seu processo de transição (PERES; TOLEDO, 2011). Muitas pessoas transexuais, desde a infância relataram alguns

processos que dizem dessa desidentificação, entretanto devido às normas sociais estes sujeitos são reprimidos aos primeiros sinais do não cumprimento às normas, como relata a entrevistada:

“Eu sempre fui muito afeminada o que acontece é quando descobriam alguma coisinha, brincadeirinha que eu era a menininha, aí acabavam tendo uma certa repressão, mas nunca com brigas, mas sempre falando que menino usa assim assado, então aquilo acabou fazendo com que eu me repreendesse.”

Essa repressão relatada pela entrevistada diz da não conformidade com os padrões esperados socialmente. Ao tentar reprimir, o sujeito forja sua existência para ir de encontro às expectativas do outro que impõe, no caso apresentado, aos padrões de gênero e heteronormalidade (BENTO, 2006). No caso da entrevistada, temos um momento de tensão relatada no contexto da adolescência. Sendo esta fase de descobertas e de autoafirmação, torna-se um período difícil, devido o sujeito não saber ao certo o que está vivenciando, nesse caso, principalmente pela ausência de referência:

“Adolescência foi mais sofrível, pois eu senti o peso maior, os hormônios vêm à flor da pele e aí a gente tem desejos né, não que quando a gente é criança não tenha uma coisinha dos desejos sexuais, mas na adolescência a gente sente vontade de conhecer um menino e não aquela menina, eu tentava gostar da menina e não do menino, então eu tentava bloquear o desejo, tentava bloquear a realidade que tinha dentro de mim”.

De acordo com o relato da entrevistada, esse sentimento de dúvidas e inadequação ocorre em diversos momentos da vida, sendo vivenciado por vezes no contexto escolar. Porém, devido os padrões institucionais e a recusa por não aceitar o que “*não é comum*”, o sujeito é barrado e obrigado a seguir regras, o que demonstra a todo tempo que é uma vivência concedida. Aqueles que não se adequam, deste modo, são punidos de diversas formas, chegando a abandonar a escola em diversos casos, por conta das vivências do preconceito (CECCON; MORI, 2013). A entrevistada, por sua vez, seguiu os roteiros pré-estabelecidos e assim foi permitindo a ela participar do ambiente escolar.

“Na escola eu sempre fui muito retraída, muito tímida, no meu cantinho e tal, eu tive minhas amizades quase que comprando né [...] a dos meninos principalmente, as das meninas não, mais dos meninos principalmente, eu fazia a capa do trabalho bonita eu sempre tive a letra bonita. ‘Ah, faz a capa do meu trabalho, coloca meu nome no seu trabalho, faz isso pra mim’[...] Je sempre tive amizade com todo mundo ali, preconceito pesado eu nunca sofri graças a deus, nunca fui apedrejada.”

O sentimento de inadequação pode proporcionar ao sujeito motivação para se reinventar. Dessa forma as modificações vêm, assim, como uma expressão da adequação à

identidade e gênero com a qual o sujeito se identifica. Entretanto os padrões socialmente impostos não permitem muitas vezes que o sujeito se expresse e aja conforme a sua subjetividade (BENTO, 2006). A não aceitação da sociedade e, muitas vezes, da própria família pode acarretar inúmeros prejuízos emocionais para estes sujeitos, porém há transexuais que se diferem da grande maioria e conseguem o apoio de amigos e familiares no processo de transição.

“Quando completei 21anos decidi deixar o cabelo e as unhas crescerem, comecei a tomar hormônios, comecei tarde eu nunca tive amigas travestis, transexuais [...] Depois de um tempo fiz aplicação de silicone clandestino, não tinha informação foi na época que já tinha certa instrução, mas (sic) não tinha condições né e tinha aquela ilusão que ah vou fazer e vai ser bom pra mim [...] Para os meus amigos o meu processo foi tranquilo, eu já tinha passado por certo período de transição que os amigos de antes já estava acompanhando [...] Para minha família nunca cheguei a falar eu sou gay, eu sou travesti eu sou transexual, não precisei falar isso porque foi um processo que eles foram acompanhando e como meu pai sempre foi muito tranquilo eu acho que a conversada tinha acontecido entre meu pai, minha irmã, e minha mãe”.

Tratando sobre o processo de transição, este foi regulamentado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) pelas portarias número 1.707 e 457 de 2008, tais códigos possibilitam, ao menos na legislação, o acesso ao tratamento livre de preconceitos, e acompanhamento de equipe multiprofissional, tais como: psicólogos, endocrinologista e assistentes sociais. Além disso, é disponibilizado tratamento hormonal e cirurgias. Todavia, para inicializar o processo o sujeito deve ter a idade mínima de 18 anos para o tratamento hormonal e para cirurgias como redesignação do sexo a idade mínima é de 21 anos, sendo obrigatório para tanto o acompanhamento terapêutico por pelo menos dois anos, laudo psicológico e diagnóstico de disforia de gênero (CONASS, 2013). Na realidade, apesar da legislação garantir tais serviços, a realidade brasileira conta com inúmeros ambulatórios para pessoas transexuais fechados, o que corrobora com a fala da entrevistada, ao relatar a dificuldade de acesso aos procedimentos supracitados via SUS:

“O endócrino o SUS banca, agora o hormônio pelo SUS é mais pra mulher [...] É difícil o SUS bancar o silicone, o Brasil tem uma política de mudança de sexo, a cirurgia propriamente dita, graças a Deus fora do país se a pessoa pagar a cirurgia ela faz, principalmente na Tailândia, aqui no Brasil tem uma política que você tem que fazer de 4 a 5 anos de tratamento com psicólogos pra ele te dá um diagnóstico que realmente você é mulher.”

A busca pela cirurgia de redesignação, como dito anteriormente tem, muitas vezes, como intuito aceitação social e o reconhecimento dos grupos. Convém ressaltar, entretanto,

que nem todas as mulheres transexuais tem objeção por suas genitálias ou pretendem fazer a cirurgia de redesignação (BENTO, 2006). Essa questão fora exposta pela entrevistada:

“Eu tenho medo de fazer, porque a cirurgia é irreversível, outro que tenho medo de não sentir prazer porque querendo ou não se um homem me toca eu vou sentir prazer e eu até acho se ele tocar minhas partes, ele vai me tratar mais como mulher do que ele não me tocasse.”

A partir do discurso da entrevistada, também é possível perceber que a expectativa da redesignação é muitas vezes criada pelo parceiro. O que nos remete às normas de gênero em que a feminilidade também diz de uma dedicação e cuidado extremos com o outro, que culminam no próprio esquecimento, em muitos casos. Em nome da satisfação do desejo do outro, legitimam-se violências diversas.

“Cheguei a pensar na cirurgia quando me relacionei com um namorado, ele nem encostava no meu sexo, daí eu pensava, na verdade eu não uso, só pra fazer xixi né. Mas ele nem encostava, e só me via de costas na hora, então, eu comecei a pensar pra que eu tenho isso, só me dá trabalho, eu tenho que usar uma calcinha muito apertada, só me dá incomodo, mas foi por pouco tempo, nos ficamos uns cinco meses, graças a Deus, ai saiu ele da minha vida e saiu essa ideia louca, porque eu acho que é uma mutilação.”

Segundo Galli (2013) as mulheres transexuais têm uma preocupação com relação à performance do corpo. Um corpo com características femininas e masculinas pode, para as mulheres transexuais se apresentar de forma andrógena, como se não identificasse um gênero determinado. Isso, dificulta a procura por parceiros fixos, pois os critérios de feminilidade, com um corpo não demarcado, não seriam atingidos. Apesar disto aparecer no estudo de Galli (2013), como uma premissa, segundo relatos da entrevistada, a dificuldade de encontrar parceiros, seria devido às pessoas não transmitirem confiança.

“Vida amorosa é uma tristeza, relacionamentos sérios eu tive poucos, eu tive um primeiro namorado que vivemos quatro anos e meio juntos, assim ele morava comigo e na casa da mãe dele, depois disso tive um que ficamos três meses, mas em uma festa que eu estava organizando ele me traiu com uma lésbica, tudo bem né [...] Teve outro que eu tive um afeto, uma coisa mais forte assim, mais (sic) que não rendeu muita coisa, safado igual a todos, e teve esse último que era de Matozinhos e que era muito ciumento e ai depois que terminei eu que tive ciúmes dele, a gente até tentou voltar mais não deu certo não, terminamos no início do ano passado. Hoje é difícil confiar. Hoje eu encontro fico com alguma pessoa e tal e nunca dá certo.”

Além das várias dificuldades vivenciadas ao longo da vida, relatada pela entrevistada como, por exemplo, a procura por parceiros fixos, há também as dificuldades que transcendem os níveis microssociais. Alguns exemplos são os impasses encontrados para alterar a documentação do registro civil, essa ação trata-se da reafirmação de si como sujeito.

Porém, vale ressaltar que as concepções autorizativas judiciais pressupõem que estes sujeitos não podem dirigir-se ao órgão público e ou cartório para fazer a retificação do nome-sexo, mas devem mover uma ação judicial para conseguir a modificação (COACCI, 2011). Tendo em vista a burocracia para alterar a documentação muitas mulheres transexuais devido à falta de tempo adiam a retificação. Porém, em consequências disso passam por constrangimentos diariamente.

“Hoje em dia é mais fácil trocar a documentação, qualquer uma de nós que provar que usa a identidade feminina né, vinte quatro horas por dia tem a possibilidade de fazer a sua adequação de nome, desde que prove que você não está querendo burlar alguma infração, alguma penalidade, alguma dívida que você tenha no sistema bancário, enfim [...] Eu vou mudar se Deus quiser ano que vem esse nome, é muito estranho você entrar em um lugar [...] você vai ao médico, aí você dá seu nomezinho lá e tal e seu documento, aí de repente vem o médico e grita lá de todo tamanho o nome masculino aí levanta a pessoa feminina muito constrangedor né.”

Além do dificultador que é mudar o nome civil e ser aceita pelo nome social, há também o mercado de trabalho que exclui e não oferece oportunidades de emprego para as transexuais. Algumas dessas são expulsas de casa, abandonadas pela família e se submetem ao mundo da prostituição pela necessidade de moradia, alimentação, acesso a hormônios e, até mesmo procedimentos estéticos. Nestas situações, muitas vezes, como é o caso da entrevistada, recorrerem às bombadeiras (Mulheres que aplicam clandestinamente silicone industrial) e não ao serviço médico, tanto pela qualidade do serviço, em termos de naturalidade do preenchimento corporal, quanto pela ausência de alguns tipos de prótese, como, por exemplo, aumento do quadril, ainda que nenhum desses procedimentos sejam confiáveis, podendo sofrer efeitos colaterais pela utilização do silicone industrial e auto-hormonização (GUITZEL, 2015). Felizmente há outras que são aceitas e encontram o seu lugar na sociedade e no mercado de trabalho, como relata a entrevistada:

“Eu trabalhava dois dias da semana na rádio e o resto da semana com meu pai, pintava casas, depois consegui uma bolsa na faculdade de comunicação fui muito bem aceita na faculdade, todos me chamavam pelo nome social, nisto eu já trabalhava na rádio na faculdade, depois que me formei foi promovida e hoje sou chefe do jornal, coordenadora do portal Sete Lagoas e radialista.”

Diferente da realidade de muitas outras mulheres transexuais, a entrevistada relata ter sido aceita e acolhida em todos os espaços que ocupa. E este privilégio, tendo em vista as vivências de outras transexuais, bem como sua visibilidade, por ser uma figura pública, poderia ser utilizado para empoderar outras mulheres transexuais e, de alguma forma, no auxílio aos movimentos LGBT, tão pertinentes a ela. O que acontece, em contrapartida, por

uma internalização das normas de gênero, que evidenciam a efetividade de sua reiteração e o quanto sua construção social passa despercebida, é um distanciamento das vivências que, mesmo dentro deste grupo, podem ser consideradas por alguns sujeitos como dissidentes. Vale questionar, até que ponto isso não evidencia, também, uma falha na própria organização do movimento de pessoas transexuais, que é incipiente em Minas Gerais.

“Tenho colegas trans e travesti, amigas não, a maioria esta na prostituição né? E não é preconceito meu não, é porque elas não sabem falar as mesmas coisas que eu falo, não sabem certos procedimentos em todos os tipos de ambiente, por mais que boteco que você vá, seja copo sujo você tem que saber se comportar, eu sempre vivi em um ambiente hetero[...] É, sou meio radical quando eu falo que a grande maioria delas vai para a prostituição porque gostam e o pessoal fala assim não tem como, tem? Se elas realmente tivessem interesse hoje em dia tem programa pra tudo, programa pra público LGBT, programa menor de idade pra jovem, então assim, tem condição, se eu consegui elas também poderiam conseguir...”

A partir do discurso da entrevistada é possível perceber que o processo de vivência da transexualidade nem sempre é fácil, devido às imposições e cobranças referentes às normas sociais binárias sexo (genitália)-gênero. Contudo, se a pessoa transexual convive com outros sujeitos que a apoiam e respeitam, e se é acolhida nos vários ambientes que frequenta, as vivências diárias se tornam mais tranquilas. Segundo a entrevistada, ela sempre fora aceita em todos os ambientes (no mercado de trabalho, na escola, na faculdade) devido à forma que se comporta, porém, cabe à reflexão: apenas essa conduta personalizada é o que garante o respeito às performatividades de gênero que não correspondem aos modelos preestabelecidos? Além disso, esse discurso centra no sujeito a responsabilidade por sua aceitação, o que não corresponde ao observado quando tratamos de experiências de pessoas transexuais e, ao mesmo tempo, como dito anteriormente, evidencia a eficácia da norma dando sentido às vivências. Vale ressaltar, também, que as normas sociais sustentam os preconceitos, já que estruturam a sociedade pela exclusão. Assim, a transfobia é institucionalizada e legitimada e, nesse contexto, até mesmo os sujeitos que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais e transexuais reproduzem uma série de preconceitos contra os sujeitos com as quais compartilham as vivências de gênero e sexualidade.

Outro ponto importante é a ausência de elementos inerente às vivências transexuais, assim como não existem elementos também inerentes à vivência cis (indivíduo que corresponde o sexo e o gênero imposto ao nascimento). Essa diversidade para qual o discurso da entrevistada aponta, demonstra que não existe nada pronto e acabado, somos seres em processo de construção e desconstrução a todo o momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade social e os padrões do binarismo sexo (genitália)-gênero estão intimamente ligados ao biopoder, que entendemos nesse trabalho como subterfúgio para estimular o bem estar e a ordem da população. Dito de outra forma, são meios de controlar e dirigir a sociedade com o intuito de aumentar a ordem e se manter o ordenamento do poder. Ele está presente, em toda trajetória de vida das transexuais, e pode se apresentar desde as primeiras experiências vividas de exclusão, violência e discriminação. Em grande parte, essa experiência acontece inicialmente no ambiente familiar como repressão, rejeição e violência. Essa rejeição no ambiente familiar pode trazer vários agravos na construção da subjetividade desse sujeito. Sendo assim, muitos buscam lugares em que possam ser aceitos e se expressar como desejam.

A resistência e rompimento com essa normativa demonstra para a sociedade que não existe somente uma forma de ser e se apresentar no mundo. Cada um possui sua subjetividade e, sendo assim, não é possível determinar e exigir que as pessoas correspondam a essas normas e se representem como tal.

Para demonstrar que existem outras possibilidades de identidades e permitir que as vivências da transexualidade e travestilidade não sejam mais consideradas como uma patologia fora criado o dia Internacional da Despatologização das identidades Trans - dia 24 de outubro. Esse movimento visa abolir o “transtorno de disforia de gênero” voltado para pessoas trans, na Classificação Internacional de doenças (CID) e possibilitar que esses sujeitos tenham maior autonomia sobre seus corpos e sobre si mesmo sem ser categorizados ou estigmatizados doentes. Corroborando com o projeto o Conselho Federal de Psicologia (CFP) vai em desencontro com o tratamento da transexualidade como uma patologia, ainda que algumas áreas não concordem com tal dinâmica. Para grande parte da Psicologia o tratamento hormonal e cirúrgico no sistema único de saúde (SUS) não deve estar condicionado a um diagnóstico psiquiátrico e nem uma avaliação psicológica compulsória, mas o tratamento deve levar em conta o desejo e as vontades do sujeito.

Deste modo, cabe ao psicólogo que atende uma pessoa trans, independente de sua abordagem, não tratar esse sujeito com base em generalizações e estigmas, mas acolher e o auxiliar no seu direcionamento e no seu autoconhecimento. Buscar informações e se implicar em discussões a respeito do assunto, com intuito de tornar as vivências dos sujeitos menos

aversivas, é tarefa fundamental dos profissionais de psicologia que levam em conta as várias possibilidades de ser do sujeito. Além disso, poder apoiar os envolvidos nos movimentos LGBT em busca de igualdade de direitos e na luta pela quebra de padrões heteronormativos, faz parte do entendimento de direitos humanos, tão trabalhados nessa profissão. Para tal tarefa, o psicólogo deve auxiliar os sujeitos na busca por sua autonomia e na resignificação de suas vivências a partir das suas experiências de vida, bem como possibilitar o empoderamento destes diante de sua própria vida e nas relações com os outros sujeitos, grupos e com as instituições sociais.

Por fim, este trabalho pode contribuir para desmistificar os preconceitos e estigmas presentes a respeito das vivências trans. Já, uma das limitações do trabalho, por uma questão temporal, foi a dificuldade de contrastar mais vivências de mulheres transexuais, que estão inseridas em contextos diversos. Sugiro, portanto, para futuros trabalhos, entrevistar pessoas transexuais inseridas em contextos diferentes, a fim de apresentar um leque maior de experiências trans, com o objetivo de trazer à tona a diversidade de vivências destes sujeitos. Faz-se também necessários estudos com homens trans em diversos contextos, e, porque não, na cidade de Sete Lagoas – MG, onde esse estudo se desenvolveu. Assim, mais estigmas podem ser quebrados, noções de empoderamento construídas e, acima de tudo, poder ser dada a essa população, tão vulnerável, a possibilidade de resignificação de sua história.

REFERÊNCIAS

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BENTO, B; PELÚCIO, L. *Despatologização do gênero: A politização das identidades abjetas*. Florianópolis, SC, 2012.

BUTLER, J. *Como os corpos se tornam matérias*: Entrevista com Judith Butler. Revista Estudos Feministas. Entrevistador PRINS, Baukje; Meijer Costera. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, 2003.

CAZARRÉ, M. *Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais*. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>>. Acesso em: 22 de mai. de 2016.

- CECCON, M. *Transexualidade sem medo*. 2013. Disponível em: <<http://educacaotrans.com.br/index.php/capaele-nao-estuda-mais-aquiele-nao-estuda-mais-aqui/transexualidadesemmedo/#.WCsIvtIrLMw>>. Acesso em: 31 de out. de 2016.
- COACCI, T. *A transexualidade no/ pelo Judiciário Mineiro: um estudo dos julgados do TJMG correlatos à transexualidade no período de 2008 a 2010*. Revista três pontos, 2011.
- CONASS. *Redefine e amplia o processo transexualizador no SUS*. Minuta de portaria SAS, 2013. Disponível em: <http://www.conass.org.br/biblioteca/wp-content/uploads/2013/01/NT-02_2013-Processo-Transexualizador-no-SUS.pdf>. Acesso em: 02 de out. de 2016.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1988.
- GALLI, R.A. *Roteiros sexuais de transexuais e travestis e seus modos de envolvimento sexual-afetivo*. Dissertação apresentada a Faculdade de Filosofia, Ribeirão Preto, SP, 2013.
- GIL, A.C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. Editora Atlas S.A. 4ª ed. 7ª tiragem, São Paulo, 2002.
- GUITZEL, V. *A prostituição na vida das travestis e mulheres transexuais- Parte I*. 2015. Disponível em: <<http://transoutubro.blogspot.com.br/2015/10/a-prostituicao-na-vida-das-travestis-e.html>>. Acesso em 01/10/2016.
- LOURO, G. *Gênero, sexualidade e educação: Uma nova perspectiva pós- estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. *Um corpo estranho- Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- NOGUEIRA, M.L. *Mobilidade psicossocial: A história de Nil na cidade vivida*. Dissertação de Mestrado - FAFICH. Belo Horizonte, 2004
- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.
- PERES, T. *Travesti transexuais e transgêneros: Novas imagens e expressões da subjetividade*. In Conselho Regional de Psicologia (Org.). *Psicologia e diversidade sexual* (Cadernos Temáticos, vol.11) (pp. 78-89).
- SCOTT, J.W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Porto Alegre, 1995.
- SOARES, F. *Apoio da rede Social a transexuais femininas*. Paideia, SP, 2011.